



Jornalismo investigativo: tipo de especialização ou síntese da mítica da profissão?¹

Marcio de Souza Castilho²
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O artigo tem o objetivo de refletir sobre o ideário da investigação jornalística e a constituição de uma certa identidade profissional do repórter. Discutiremos se a reportagem investigativa pode ser definida como uma categoria conceitual ou construção que fornece um lugar simbólico para os próprios jornalistas. Relacionando a prática jornalística dentro de uma dinâmica social e política mais ampla, faremos um breve passeio pela influência do modelo americano, a experiência em outros países e o significado que a investigação jornalística assume nas redações brasileiras, levando-se em conta a historicidade da imprensa no país.

Palavras-Chave: Identidade; Imprensa; Memória

1. Introdução

O início do movimento de abertura política no Brasil, no período do general Ernesto Geisel (1974-1979), marca o fim de uma fase de esvaziamento do debate político na imprensa e a construção de um processo de autoconstrução dos jornalistas como investigadores. A retirada da censura prévia em órgãos da grande imprensa investe jornais e revistas de uma nova missão: descobrir o crime que o aparelho policial de Estado tenta ocultar por interesses políticos e ideológicos. Nesse sentido, ganha força nas redações o repórter que não apenas relata os fatos, mas principalmente desvela o oculto para o público. Um novo cenário então se apresenta a partir da distensão política: a valorização do repórter como investigador.

Mas o que é afinal jornalismo investigativo? Uma categoria conceitual ou construção originária de dentro do campo, como forma de qualificar a profissão? Diversos autores percebem o jornalismo investigativo como uma categoria particular dentro da profissão, pois emprega estratégias operacionais e técnicas de captação de informações que o diferenciam de outros modelos de reportagem (SEQUEIRA, 2005, p. 15). Nesse sentido, a investigação jornalística se distingue mais pelo método do que pelo assunto abordado (ABREU, 2002, p. 48).

2. A influência do *Pulitzer*

¹ Trabalho apresentado ao NP Jornalismo, do XXXI Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Email: castilhorio@terra.com.br



Uma revisão bibliográfica mostra que a preocupação dos pesquisadores em conceituar o jornalismo investigativo no Brasil é recente. As poucas análises sobre o tema têm como principal referência os trabalhos publicados por estudiosos da mídia nos Estados Unidos, onde, pela primeira vez, houve um reconhecimento formal deste modelo a partir da criação de uma categoria denominada Reportagem Investigativa pelo *Pulitzer*, o mais ambicionado prêmio do jornalismo americano³.

Kovach e Rosenstiel (2004) consideram a concessão do prêmio *Pulitzer* a uma série de matérias publicadas pelo *Philadelphia Bulletin* sobre a corrupção policial na cidade, incluindo a participação de oficiais da corporação numa rede ilegal de jogos, um marco no jornalismo investigativo americano. A reportagem publicada em 1964 enfatizava “o papel da imprensa como um setor ativo, reformista e denunciador” (2004, p. 169), marcando o início de uma nova fase na imprensa. Desde a Segunda Guerra Mundial, era a primeira vez que o *establishment* jornalístico americano outorgava seu aval a um trabalho que buscava investigar a corrupção na esfera pública e, simbolicamente, revelar transgressões cotidianas, denunciando-as ao leitor. Quebrava assim a tradição apoiada numa narrativa que “evocava o espírito heróico dos Aliados no conflito, o resolutivo povo inglês, ou o simples mas corajoso soldado americano” (idem, p. 170).

Oito anos após o reconhecimento do Comitê do *Pulitzer* ao *Philadelphia Bulletin*, dois jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, viriam consolidar a prática do jornalismo investigativo nos Estados Unidos e influenciar uma geração de jornalistas de outros países, incluindo o Brasil, com a emblemática reportagem sobre o escândalo *Watergate*⁴. As matérias, publicadas a partir de 18 de junho de 1972, culminariam dois anos depois na renúncia do presidente americano Richard Nixon. Se o trabalho do *Philadelphia Bulletin* em 1964 reformulou os padrões do fazer jornalístico nos Estados Unidos, o episódio *Watergate* acabou, segundo os autores, “redefinindo a imagem da profissão de repórter, a ela atribuindo até um certo *sex appeal*” (idem).

³ O prêmio *Pulitzer* foi criado em homenagem ao jornalista Joseph Pulitzer, fundador da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Columbia, em Nova York, e um dos principais nomes que ajudaram a profissionalizar o jornalismo americano no início do século XX.

⁴ O escândalo envolvia a prisão de cinco homens que tentavam instalar aparelhos eletrônicos de espionagem no comitê do Partido Democrata, no edifício Watergate. Os dois repórteres descobririam mais tarde que os acusados haviam sido infiltrados pela Casa Branca, a mando do coordenador de segurança do comitê para a reeleição do presidente Richard Nixon.



Com a consolidação do jornalismo investigativo como categoria, novos gêneros ou variações foram surgindo a partir do caso *Watergate*. Kovach e Rosenstiel identificam pelo menos três modelos: a reportagem investigativa original, a reportagem investigativa interpretativa e a reportagem sobre investigações. Apesar das características distintas, os três gêneros podem se relacionar na produção de uma mesma reportagem. O jornalista pode adotar como método a reportagem investigativa original e combiná-la no decorrer da apuração com o modelo interpretativo.

A reportagem investigativa original se baseia no empenho pessoal do repórter em obter informações de interesse público que pessoas ou instituições tentam manter em segredo por motivos políticos ou interesses particulares. Graças ao seu trabalho, o jornalista desencadeia investigações públicas oficiais sobre o assunto por ele denunciado. Nesse sentido, mais importante do que informar é descobrir. Muitas vezes, ocultam sua própria identidade, transmutam-se em outro personagem e vivenciam a vida de outros de modo a desvendar para o leitor um mundo desconhecido. Esses profissionais têm por delegação a tarefa de torná-lo conhecido. Para cumprir essa tarefa, chegam a empregar métodos de apuração mais próximos ao trabalho de investigação policial.

A reportagem investigativa interpretativa, segundo os autores, pressupõe as mesmas habilidades de iniciativa do jornalista, mas o esforço da apuração não tem como objetivo revelar informação inédita, não divulgada até então por nenhum outro repórter. O mérito da reportagem interpretativa é contextualizar a informação e explorar, com reflexão e análise, todas as dimensões do assunto. Esse modelo tende a fornecer ao público um melhor entendimento sobre o acontecimento.

Por último, a reportagem sobre investigações, um dos desdobramentos mais recentes do conceito de jornalismo investigativo, se apóia na descoberta ou vazamento de informação de uma investigação oficial em andamento. Ao contrário do primeiro gênero – a reportagem investigativa original – em que o produtor de notícias obtém por seu próprio trabalho informações desconhecidas do público, na reportagem sobre investigações o profissional não localiza as “fontes das fontes” ou os documentos primários dos quais se origina a notícia. “Os repórteres, nesse caso, têm acesso somente a uma parte da investigação e nenhum controle sobre ela” (idem, p. 183). Os profissionais de imprensa ficam assim numa posição de vulnerabilidade perante seus informantes, que podem ter um interesse particular na veiculação de uma determinada informação.



Para ilustrar as diferenças entre a reportagem investigativa original e a reportagem sobre investigações, Kovack e Rosenstiel usam como exemplo o caso *Watergate*. Segundo os autores, a denúncia resultou de uma investigação original dos repórteres do *Washington Post*, que ouviram testemunhas sobre o episódio e não fontes investigatórias e suas hipóteses sobre o episódio, sobretudo nos primeiros meses de apuração. Decorre daí que o terceiro modelo de reportagem, por se basear em investigações de terceiros que podem levantar suspeitas ou alegações sem maiores provas, corre o risco de se transformar em jornalismo acusatório.

Tendo como cenário a imprensa americana, Waisbord (2000) também observa que a publicação de denúncias sem evidências, a partir de informações sigilosas passadas por fontes oficiais, leva ao fenômeno do “denuncismo”, por ele considerado uma deformação do jornalismo investigativo. Segundo o autor, predomina nesse tipo de jornalismo a narração de uma história dramatizada, com a apresentação de denúncias não fundamentadas pelo repórter.

Uma tentativa de oferecer uma conceituação geral acerca do processo de trabalho de uma investigação jornalística pode ser observada ainda nos estudos do jornalista americano Paul Williams (1978). Utilizando um modelo disseminado nos Estados Unidos, o autor afirma que a elaboração de uma reportagem investigativa pode ser resumida em sete etapas: a escolha de um tema; o estudo da viabilidade da reportagem; o planejamento da matéria; a busca de documentação escrita e a observação direta do repórter ou pesquisa de campo; a apuração, envolvendo entrevistas com as fontes; a publicação da reportagem; e, finalmente, o acompanhamento das repercussões após a publicação do material informativo (WILLIAMS, apud SEQUEIRA, 2005, p. 146-149).

3. A experiência em outros países

Outros estudiosos da mídia desenvolveram modelos sobre o processo de trabalho do repórter investigativo em países com práticas e experiências diferentes do contexto americano. A pesquisadora Montserrat Quesada realizou um estudo sobre as diferentes técnicas de investigação utilizadas pelos repórteres espanhóis. Concluiu que os profissionais partem de uma hipótese básica e a partir dela desenvolvem suas próprias estratégias de investigação. Para Quesada, não há uma metodologia de trabalho rígida ou padrão no jornalismo investigativo, pois cada repórter lança mão de estratégias próprias de apuração, de acordo com o assunto abordado. Porém, a maioria dos temas



surge da observação direta dos acontecimentos cotidianos (QUESADA, apud SEQUEIRA, 2005, p. 149-150).

O jornalismo investigativo também tem sido objeto de análise do pesquisador Heriberto Cardoso Milanês, da Faculdade de Comunicação da Universidade de Santiago de Cuba. Ele divide a investigação jornalística em cinco fases principais: a seleção de um tema, com planejamento de tempo e os recursos necessários para a produção da matéria; o desenvolvimento da investigação, com estudo de campo, entrevistas, consultas a especialistas, levantamento documental e bibliográfico e pesquisa em banco de dados da internet; a consolidação dos dados apurados, fase em que o repórter deve fazer um balanço final dos resultados; a redação da matéria para publicação, quando o repórter deve prever as repercussões e reservar espaço para as fontes citadas exporem seus pontos de vista; e, por último, avaliar os efeitos ou resultados conseguidos com a publicação (MILANÊS, apud SEQUEIRA, p. 153-154).

Embora o conceito de jornalismo investigativo esteja historicamente associado aos meios de comunicação impressos, que oferecem mais espaço para a cobertura noticiosa, a prática investigativa também passou a ocupar os noticiários televisivos, sobretudo nos Estados Unidos a partir dos anos 1970, na esteira do impacto gerado pelo escândalo *Watergate*. A atuação do repórter de TV como investigador se fortaleceu com a utilização de microcâmeras para a revelação de assuntos desconhecidos da sociedade. Um dos marcos desse modelo foi o lançamento do programa investigativo da CBS, *60 Minutes*, que se transformou no maior sucesso da televisão americana na área de informação.

Ao analisar a narrativa deste noticiário televisivo, Campbell (1991) observa que os repórteres da CBS resgatavam a postura do “cidadão bem informado”, assumindo o papel de mediador entre os acontecimentos e o público. E uma das primeiras tarefas do repórter bem informado é fazer com que as notícias pareçam naturais aos leitores sem expor as operações internas e as relações de força estabelecidas para sua construção. Para isso, o jornalista orienta-se por valores dominantes – o senso comum – e ajuda a fortalecer o conjunto de normas de uma sociedade, valendo-se de um conhecimento especializado, ou seja, as técnicas de investigação jornalística.

A narrativa do programa *60 Minutes* apresenta personagens com quem o público pode se identificar. Oferece “em meio ao horror da vida, consolo no final”, a exemplo do que fazia a tradição literária. A imagem do jornalista como um investigador do cotidiano remonta uma prática empregada pelos diários ingleses desde o século XIX,



quando profissionais da imprensa buscavam humanizar seus relatos, lançando luz sobre personagens que normalmente não eram notícia. Assim, o jornalismo investigativo, ao mesmo tempo em que exercia o seu papel de “guardião” da sociedade, fiscalizando as ações do Estado ou as “trapaças no Reino” (KOVACH e ROSENSTIEL, 2004, p. 173), se diferenciava também por produzir uma narrativa com enquadramento dramático e moralizante:

“Ao combinar a busca das vozes ignoradas com as trapaças não descobertas, os primeiros jornalistas estabeleceram firmemente, como um princípio vital do ofício, sua responsabilidade de examinar os cantos ocultos da sociedade. O mundo por eles descrito capturava a imaginação de uma sociedade amplamente desinformada, criando assim um interesse popular imediato e entusiástico” (idem, p. 174)

Nessa perspectiva, embora a maior parte dos autores que publicaram estudos sobre o tema perceba a investigação jornalística como um tipo de jornalismo que se diferencia dos outros pelo processo de trabalho do jornalista ou pelo método, entendemos que esse modelo se distingue também pelo conteúdo das matérias e seleção de determinados assuntos. Podemos observar que a reportagem investigativa encontra seu momento de inflexão no escândalo *Watergate*, revelado pelos famosos repórteres do *Washington Post*, mas a prática tem origem ainda no século XIX. Como informa Kovach e Rosenstiel, “a reportagem investigativa cresceu e amainou ao longo da história” (2004, p. 175).

4. A reportagem investigativa no Brasil

Processo semelhante pode ser observado se analisarmos a história da imprensa no Brasil. Como veremos adiante, pesquisadores relacionam o impulso da investigação jornalística na grande imprensa ao contexto de abertura política do regime militar, no fim dos anos 1970. Com o abrandamento da censura, os repórteres investigativos que emergiram neste cenário tinham como principal tarefa descobrir os “cantos ocultos da sociedade”, desvendar os segredos da nação e trazer para o jornal a informação nunca antes revelada. Recuperavam assim uma categoria essencial para a construção do simbolismo da profissão de repórter, quando do seu aparecimento no início do século XX: o “furo” ou a informação exclusiva.

Se quando da constituição da profissão de repórter, a importância da notícia inédita era vinculada ao gosto do público “sempre sequioso por



novidades” (BARBOSA, 1996, p. 187), os anos 1970 representaram a construção de uma nova categoria de jornalista – o investigativo – que trazia para o campo outra característica: era capaz de configurar – e a ele era dada esta outorga – a própria notícia, a partir de seu “faro” investigativo. Com isso, ampliava sua ação frente a outras esferas sociais. Já no início do século XX, havia profissionais de imprensa, dentre os quais Lima Barreto e João do Rio⁵, atuando como investigadores do cotidiano, descrevendo a vida de personagens, dos quais a população não costumava perceber sua existência. Mas foi com a retirada da censura em jornais da chamada grande imprensa, no contexto de distensão política, que houve um momento de consolidação do jornalismo investigativo.

Até então, como informa Abreu (2002, p. 48), as distinções diziam respeito ao assunto (jornalista econômico, político, econômico, esportivo, etc) ou ao meio de comunicação (jornalismo de rádio, TV ou imprensa escrita). A partir da valorização do repórter como investigador, o método ou, no nosso entender, o “faro” investigativo torna-se marca distintiva na profissão.

O jornalista colombiano Geraldo Reys utiliza o termo “olfato inquisitivo” para diferenciar os repórteres investigativos de outros profissionais. Assumem assim funções de detetive policial, partindo de suposições iniciais para obter as informações. Seguindo o mesmo raciocínio, Quesada ressalta a importância da “intuição” no trabalho investigativo, sem a qual o repórter não poderá prosseguir no seu trabalho de apuração. A “intuição” permite ao jornalista seguir a pista correta na busca de idéias para sua investigação (SEQUEIRA, 2005, p. 67).

Mas o que representa a atuação do repórter como investigador para o campo jornalístico? Entendemos que este ideário se relaciona diretamente com a formação de uma certa identidade jornalística no contexto de abertura política do regime militar. Reivindicar para si o papel de investigador, dominar um conhecimento inédito ou trazer o “furo” para o chefe da redação confere ao jornalista investigativo maior poder simbólico. Se nos anos 1950 era importante do ponto de vista da construção do jornalista como comunidade interpretativa mostrar o jornalismo como lugar natural da objetividade, a busca por uma identidade “investigativa”, a partir do início do processo de redemocratização do país, vai aparecer como sinônimo de “verdadeiro jornalismo” e

⁵ Afonso Henrique de Lima Barreto passou a escrever para o *Correio da Manhã* em 1905, privilegiando uma temática social e enfocando personagens comuns. Foi um crítico contundente dos privilégios de famílias aristocráticas e de militares na República Velha. Adotava uma narrativa coloquial e despojada. Paulo Barreto começou a trabalhar na *Gazeta de Notícias* em 1903, usando o pseudônimo de João do Rio. Para muitos historiadores da imprensa, foi precursor do moderno jornalismo brasileiro. Representava a figura do repórter, aquele que narra com fluidez fatos e acontecimentos do cotidiano.



reposicionar o papel social dos produtores de notícias. Uma nova maneira de se sentir jornalista parece fazer parte desse contexto histórico.

Abordaremos rapidamente o significado que a investigação jornalística assume nas redações brasileiras, levando-se em conta a historicidade da imprensa no país. Este modelo reflete práticas e experiências próprias da sociedade brasileira, não tendo relação com o contexto americano. Partimos do pressuposto também que a conjuntura política e social de diferentes períodos históricos contribui decisivamente para a predominância ou refluxo da prática investigativa no jornalismo brasileiro.

Sequeira (2005) corrobora a tese de que o jornalismo investigativo se diferencia de outras categorias, como o jornalismo informativo e opinativo, “pelo processo de trabalho dos profissionais, obrigados a lançar mão de metodologias e estratégias nada ortodoxas (...) para obter a reportagem” (2005, p.11). Em sua pesquisa, concluiu que sete etapas fazem parte da rotina produtiva de jornalistas identificados com a prática de investigação jornalística no Brasil: a busca de um novo tema, o estudo de viabilidade, o estudo aprofundado do assunto, a criação de um projeto de trabalho, a fase de apuração (documental e com fontes) e cruzamento de informações, a redação e a edição/publicação (idem, p.154).

A autora informa que esse tipo de reportagem se desenvolve nas páginas dos veículos diários brasileiros desde meados dos anos 1970, quando o governo do general Ernesto Geisel retirou a censura prévia de jornais e revistas da chamada grande imprensa. Nesse sentido, a abertura política no Brasil propiciou um ambiente de “maior ousadia da imprensa” (idem, p.12).

É neste cenário, segundo a autora, que *O Estado de S. Paulo*, um dos órgãos atingidos pela censura prévia até janeiro de 1975, publica no ano seguinte uma série de matérias que “dá nova dimensão ao jornalismo investigativo no Brasil” (idem): “Assim vivem os nossos superfuncionários”, mostrando as mordomias e regalias de ministros e funcionários do alto escalão em Brasília. Escreve a pesquisadora que a reportagem do *Estadão* “se converte, como nos Estados Unidos, em representante dos interesses dos cidadãos – desvendando informações que grupos de poder tentam manter escondidas da sociedade” (idem)⁶.

O jornalista Alberto Dines (1986), tendo como base a sua experiência como editor-chefe do *Jornal do Brasil* entre os anos 1960 e 1970, não se propõe a fazer um

⁶ Sequeira também destaca a matéria “Descendo aos porões”, publicada em 1979 pela revista *Veja*, como emblemática por mostrar o tipo de jornalismo que começava a ser praticado no Brasil. A reportagem denunciava o aparato repressivo dos militares e os métodos de tortura contra os presos políticos.



estudo classificatório das categorias e gêneros jornalísticos, mas aborda dois novos tipos de reportagem: a interpretativa e a investigativa. Segundo ele, ambos os modelos surgem da necessidade dos jornais de ampliar a informação para o leitor-consumidor cada dia mais exigente, dentro do processo de transformação das empresas jornalísticas em indústrias da informação. O jornalista observa que tanto a reportagem interpretativa como a investigativa tem em comum levantar as causas e origens dos fatos, ampliando a compreensão sobre o acontecimento reportado. Essa nova angulação ou “engrandecimento” da informação deve conter, em resumo, os seguintes elementos: dimensão comparada, remissão ao passado, interligação com outros fatos, incorporação do fato a uma tendência e a sua projeção para o futuro (1986, p. 60-91).

Dines afirma ainda que, durante os anos de autoritarismo, a imprensa foi vítima da era da nota oficial, utilizada por organismos públicos e empresas privadas. Estes passaram a organizar seus departamentos de informação para filtrar e divulgar, por meio de notas e *releases*, as informações de seu interesse (DINES, apud SEQUEIRA, 2005, p. 23).

Em uma tentativa de conceituar os dois modelos de jornalismo, Lage (2004) salienta que “toda reportagem pressupõe investigação e interpretação” (2004, p. 136). Sobre o jornalismo investigativo, o pesquisador o define especificamente como “forma extremada de reportagem”, em que o profissional “deve dedicar tempo e esforço ao levantamento de um tema” (idem, p. 138):

“Pode-se também entender jornalismo investigativo – pelo menos parte dele – como um esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças cometidas; contar como as coisas são ou foram e como deveriam ser ou ter sido. O resultado do trabalho é a produção de textos extensos que eventualmente não cabem em veículos jornalísticos tradicionais. (...) Livres de injunções, os repórteres se permitem explorar linhas de raciocínio divergentes e chegar a conclusões que, se não verdadeiras, pelo menos inquietam os bem-pensantes” (idem, p. 138-139, grifos nossos)

Percebemos, no entanto, que tais considerações convergem para uma visão idealizada do repórter investigativo como “guardião” da sociedade que assume a postura do “cidadão bem informado”. No entanto, essas noções devem ser relativizadas, pois, ao nosso ver, a defesa do jornalismo investigativo “como um esforço para evidenciar injustiças cometidas” tem forte carga simbólica. Nessa perspectiva, tal ideário aparece como mecanismo de legitimação para formação de autoridade do campo jornalístico. Da mesma forma, não nos parece que tal prática esteja livre de injunções, pois a veiculação de notícias está inserida na lógica do mercado, se considerarmos jornais, revistas, TVs e



rádios como empresas que buscam, em última instância, obter lucros num mercado extremamente competitivo, como o mercado da informação. Compartilhamos a idéia segundo a qual o jornalismo orienta-se por valores dominantes e atua, como vimos, como instrumento estratégico que ajuda a fortalecer o conjunto de normas de uma sociedade.

Lage conclui suas reflexões sobre o tema, abordando as fases de construção de uma reportagem investigativa. A concepção da matéria parte, segundo o autor, de pequenos fatos, pistas repassadas por fontes, leitura ou observação direta da “realidade”. Em seguida, o estudo de viabilidade consiste em localizar documentos e fontes primárias e verificar se há recursos e tempo disponíveis para produção. O repórter deve também familiarizar-se com o tema, através de pesquisas e consulta a fontes secundárias. A elaboração e a execução do plano de ação são as etapas seguintes. Outro passo importante, enumera Lage, é o processo de reavaliação do material apurado. A última fase inclui a avaliação final, a redação e revisão, a publicação e a suíte da matéria⁷.

Fortes (2005) segue a mesma linha de pensamento de autores (Abreu, Sequeira) que distinguem a investigação jornalística dos demais modelos de reportagem pelo método ou processo de trabalho do profissional de imprensa. O autor, embora reconheça que toda reportagem pressuponha investigação, informa que “as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração, que, necessariamente, deve ser maior, embora quase sempre exercido sobre pressão” (2005, p. 35) são marcas distintivas do jornalismo investigativo.

Corroboram esta hipótese jornalistas entrevistados por Fortes, dentre eles Eugênio Bucci, para quem uma das especificidades desse modelo “é o objeto da pauta, o método de apuração, a forma e o conteúdo finais com que a reportagem se apresenta” (idem, p. 15). Para o ombudsman da *Folha de S. Paulo* e presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)⁸, Marcelo Beraba, também consultado pelo autor, o jornalismo investigativo “tornou-se uma qualificação específica para as reportagens de mais fôlego, de maior investimento de apuração” (idem). Trata-se de um tipo de

⁷ Suíte da matéria significa explorar os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior (Novo Manual da Redação – *Folha de S. Paulo*, 1992, p. 44)

⁸ A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) foi fundada em 1992, com estatuto próprio, cursos de aprimoramento para sistematizar práticas e conhecimentos de jornalismo investigativo e fóruns abertos para discussão do tema. Disponibiliza cursos sobre o uso da informática (internet, planilhas e banco de dados) como ferramenta de apuração jornalística. A Abraji atua nos moldes de outras instituições, como a *Investigative Reporters and Editors* (IRE), criada em 1975, visando incentivar a investigação jornalística (FORTES, 2005, p. 26-28).



reportagem, prossegue Beraba, “que exige mais tempo e paciência para pesquisas, entrevistas, observação direta, checagem e re Checagem – a busca obsessiva por documentos e provas” (idem).

Sobre o contexto histórico em que a reportagem investigativa ganha impulso nas redações brasileiras, Fortes afirma que o fortalecimento dessa prática não ocorreu durante, mas alguns anos depois do período de abertura política. Coincide, na visão do autor, com o processo de redemocratização do país⁹. Fortes atribui à censura e à repressão imposta aos produtores de notícias a impossibilidade de os jornais publicarem informações de cunho investigativo durante os 21 anos de regime civil-militar no país. Nesse período, informa ele, a imprensa “vivia de iniciativas pontuais”. A partir de 1985, os jornalistas começaram “a fugir do noticiário oficial e, finalmente, buscar a melhor notícia – aquela que está escondida” (idem, p.10).

5. Conclusão

A revisão bibliográfica sobre o tema mostra que – embora haja uma convergência na análise de pesquisadores e jornalistas que associam o fortalecimento do jornalismo investigativo no Brasil ao abrandamento ou fim da censura sobre a imprensa escrita – não há uma prática investigativa padronizada nas redações brasileiras. Não dispondo de um código sobre o assunto, os profissionais que afirmam adotar métodos de investigação jornalística no país produzem matérias apoiados em estratégias pessoais e mesmo intuitivas de apuração.

Para além da discussão sobre o método ou das tentativas de uma classificação conceitual acerca desse modelo, acreditamos que a defesa do jornalismo investigativo como um tipo de especialização dentro da profissão tem forte significado simbólico para o campo jornalístico, a exemplo do que representou o conceito de objetividade para aqueles que se auto-intitularam instauradores do processo de modernização da imprensa nos anos 1950. A valorização da figura do repórter investigativo sintetiza a mítica da profissão construída pelos próprios jornalistas, que buscam reforçar o seu papel de “guardiões” da sociedade ou vigilantes da ação do Estado.

A defesa do papel do repórter como aquele que não deve apenas “reproduzir” o que vê, mas assumir tarefas que seriam de outros atores em defesa da coletividade e do

⁹ O autor assinala o período de sucessivos escândalos ocorridos durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello, entre 1990 e 1992, como o momento de consolidação dos métodos de investigação nas reportagens da imprensa brasileira.



bem comum contribui para a formação de uma certa identidade profissional do jornalista no contexto de abertura política no fim dos anos 1970.

REFERÊNCIAS:

ABREU, Alzira Alves de. **A Modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: Edusc, 1999.

ARGOLO, José Amaral. **Reflexões sobre o jornalismo investigativo**. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004

BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica: história da imprensa brasileira**. SP, Ática, 1989.



BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **Imprensa, Poder e Público.** Niterói, tese de doutorado, Dep. De História/UFF, 1996.

CAMPBELL, Richard. **60 Minutes and the News: a Mithology for Middle America.** Urbana & Chicago: Univ. of Illinois Press, 1991. 278p. Trad. para o português por MTGF de Albuquerque. Rev. téc. de A. de Albuquerque.

DINES, Alberto. **O papel do jornal.** São Paulo: Summus, 1987.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo.** São Paulo: Contexto, 2005.

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo.** São Paulo: Geração Editorial, 2004

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOLICA, Fernando (org). **Dez reportagens que abalaram a ditadura.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia.** São Paulo: Summus Editorial, 2005.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro.** São Paulo: Summus, 1991.

WAISBORD, Silvio. **Watchdog Journalism in South America.** Nova York: Columbia University, 2000.

WILLIAMS, Paul. **Investigative reporting and editing.** Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1978.